

António Rosas*

Mecanismos, Processos e Democracias: a sociologia histórica de Charles Tilly e a história breve mas turbulenta de um lago

R E S U M O

Comparados às alternativas, parecem ser cada vez menos razoáveis os argumentos de que as democracias resultam da modernização material-económica, da encarnação de um certo tipo de cultura política, ou da objectivação institucional das visões políticas das elites. O objectivo deste artigo é não apenas familiarizar o leitor com uma das perspectivas teóricas mais promissoras da sociologia histórica comparativa contemporânea, a de Charles Tilly, como mostrar como uma análise processual dos regimes políticos é a mais adequada para compreender e aperfeiçoar as democracias reais de hoje.

Introdução

“Democracy is unlike an oil field, which can form only under very specific conditions over centuries or even millennia. Nor is like a garden, which skilled horticulturalists can bring to life in one form or another within a season or two in almost any environment. Democracy more closely resembles a lake. A lake is a large inland body of water. Lakes form in a limited number of contrasting ways – filling of a glacial basin or volcanic crater, damming of a river, human excavation, and so forth – but once in existence share many properties with other lakes: tidal expansion and contraction, regular vertical and horizontal currents, layering of temperatures and of organisms, formation of sand through wave action, and so on.”

Charles Tilly, *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*, p.35.

Como é que as democracias surgem? Em que condições e por que meios se consolidam? Como se distinguem não apenas entre si, como dos regimes menos democráticos ou não democráticos? Depois de consolidadas, as democracias são necessariamente duradouras? Ou a fases de expansão poderão suceder-se períodos mais ou menos longos e dramáticos de regressão ou de des-democratização?

Várias estratégias explicativas têm tentado dar resposta a estas e a muitas outras perguntas que costumam assaltar, com uma periodicidade que diríamos quase feroz, a Ciência Política, a Sociologia Histórica e a Teoria Democrática. Mas se quisermos sintetizá-las, podemos falar em quatro grandes tipos explicativos. A seguir (1), começaremos por fazer uma exposição sucinta de cada um, sugerindo algumas respostas para as interrogações que enunciámos. Na secção seguinte

* Doutorando em Ciências Políticas e Sociais, Universidade de Santiago de Compostela, Mestre em Cultura e Comunicação, Universidade do Porto
mailto:anro_pt@clix.pt

(2), introduziremos o leitor com a sociologia político-histórica de Charles Tilly. Partindo da sua teoria, mostraremos como uma abordagem processual da democracia se diferencia claramente das alternativas, apresentando propostas inéditas para o estudo das trajetórias de democratização e os processos associados de des-democratização. As secções (3) e (4) serão dedicadas a sublinhar a importância da nova abordagem histórico-comparativa para os estudos realistas da democracia, tal como são enunciados e defendidos por Ian Shapiro¹.

1. As quatro estratégias explicativas nos estudos comparativos da democracia

Os argumentos usados no enorme manancial dos estudos sobre as origens da democracia e as suas condições e meios de subsistência pode sintetizar-se, no encalço do sociólogo político e da história Charles Tilly², em quatro grandes tipos ou estratégias explicativas: de **condições necessárias, variáveis, sequências e clusters**³.

De acordo com o primeiro tipo, os regimes políticos democratizam-se por força de um conjunto de condições cuja pujança heurística é praticamente universal. Para Rueschemeyer, Stephens e Stephens⁴, embora possa haver lugar, nos processos de democratização, a alguma variação entre períodos e regiões, todos os regimes se tornam democráticos quando estão reunidas sete condições necessárias e “quase-suficientes”⁵. São estas:

- 1) Difusão transnacional de ideias e práticas democráticas;
- 2) Unidade nacional;
- 3) Existência de um Estado autónomo e efectivo;
- 4) Crescimento económico;
- 5) Produção social de classes subalternas devido a esse crescimento económico;
- 6) Aumento da densidade organizacional da sociedade civil;
- 7) Mobilização das classes subordinadas em nome de direitos colectivos e da participação política.

Esquemáticamente, podemos descrever esta estratégia do seguinte modo:

¹ SHAPIRO, 1999, 2003.

² TILLY, 2004: 10 ss.

³ TILLY, 2004: 10.

⁴ RUESCHEMEYER *et al.*, 1992: 75-78; TILLY 2004: 10. Os autores reclamam-se da herança de Barrington Moore, de quem Tilly foi discípulo.

⁵ Como Tilly, falamos em condições “quase suficientes” para sublinhar a tendência de alguns autores para tratarem como leis universais (*covering laws*) certas generalizações. TILLY, 2001; KING *at al.*, 1994; RAGIN, 2000.

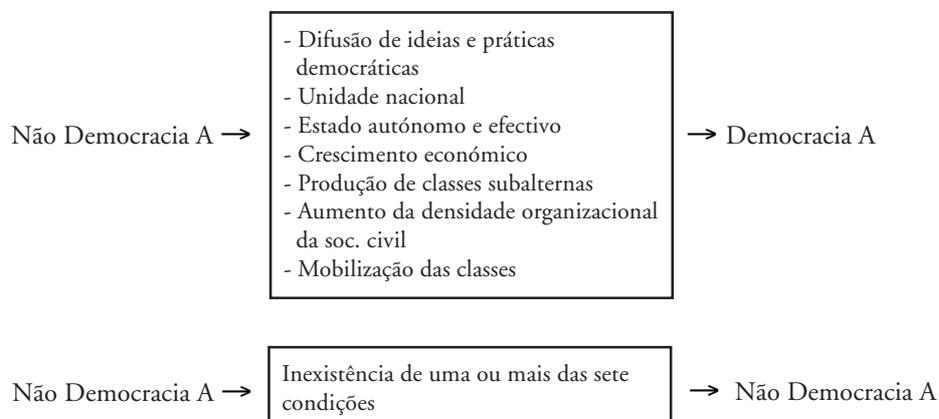


Fig. 1

Segundo este modelo, como se vê, um regime político (Não Democracia A) só se democratizará se, e só se, for “incubado” por um conjunto de condições necessárias e quase-suficientes, não se democratizando no caso de alguma ou de algumas dessas condições não ocorrerem (caso da Não Democracia A ilustrada da segunda fileira).

Os autores desta estratégia podem assim dizer, como resume Ruth Collier, que um regime democrático é sempre o resultado da luta entre as classes subordinadas e as classes dominantes, ou o fruto do desequilíbrio na balança do poder entre essas classes⁶. Quando as classes que desejam a democracia, nomeadamente as classes trabalhadoras, são mais fortes do que as classes que lhe resistem, esta acaba, inexoravelmente, por impor-se. O modelo parte, pois, de níveis tão altos de generalização, *que acaba por estipular certas generalizações como condições necessárias e suficientes. Por outras palavras, como se fossem leis.*

«In covering law accounts, explanation consists of subjecting robust empirical generalizations to higher and higher-level generalizations, the most general of all standing as laws. In such accounts, models are invariant — they work the same under all conditions. Investigators search for necessary and sufficient conditions of stipulated outcomes, those outcomes often conceived of as dependent variables. Studies of covariation among presumed causes and presumed effects therefore serve as validity tests for proposed explanations»⁷.

O segundo modelo parte de um conjunto de variáveis, ou de atributos, que, em diferentes combinações, favorecem a democratização. Um dos seus maiores expoentes é o politólogo americano Samuel P. Huntington, que a aplicou de forma clássica no seu *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*.⁸

⁶ COLLIER, 1999: 10.

⁷ TILLY, 2001: 23.

⁸ HUNTINGTON, 1991.

Ao analisar as democratizações ocorridas durante os anos 70 e 80 no mundo ocidental (entre as quais a portuguesa), Huntington identificou cinco variáveis funcionando como características ou atributos que, em seu entender, ajudam a explicar a sua implantação e sucesso:

- 1) Deslegitimação dos regimes autoritários devido a problemas internos e a rejeições externas;
- 2) Crescimento económico global e consequente expansão populacional exigindo democracia;
- 3) Alterações na postura da Igreja Católica em relação à necessidade de reformas;
- 4) Mudanças das políticas de importantes actores internacionais como a União Europeia e os EUA em relação aos regimes autoritários;
- 5) Espiral dos efeitos das demonstrações⁹.

Este modelo pode ser representado da seguinte forma:

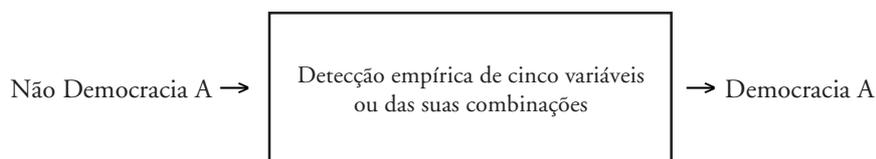


Fig. 2

Se continuarmos a usar uma analogia, poderemos dizer que em vez da imagem da “incubadora” utilizada para descrever o modelo anterior, o que temos agora são cinco condimentos que misturados em doses variáveis a um bife, ou a um prato de peixe, confeccionam um produto final que, nos nossos termos, é a democracia. Poder-se-á então dizer que um prato de carne supostamente identificado como X, só é X se contiver certos condimentos que o distinguem dos demais pratos de carne.

Trata-se de uma forma de explicação que é não apenas gnoseologicamente menos exigente do que anterior, como se baseia em pressupostos metateóricos diferentes¹⁰. Se não explica, por um lado, os resultados ou as origens de uma “universalidade” de casos¹¹, também não explica as democratizações verificadas numa mesma vaga, ou num mesmo grupo de casos, se uma ou mais

⁹ HUNTINGTON, 1991: 45-46. Ou efeito de “snowballing”. Numa vaga, os primeiros regimes a democratizarem-se servem de modelos e são factores importantes das democratizações de outros regimes.

¹⁰ Especialmente do tipo propensão. Huntington é um neo-schumpeteriano que acredita em variáveis subjectivas agregadas como factores de desestabilização ou de consolidação dos regimes. Para a noção de cultura política subjacente, ROSAS; MÁIZ, 2005.

¹¹ *Limited causal generalizations*. Em nosso entender, o exemplo mais perfeito e conhecido deste tipo de explicações na história comparativa é fornecido por Theda Skocpol em *States and Social Revolutions*, SKOCPOL, 1979. Aí a autora utiliza o método indutivo de John Stuart Mill para estabelecer as causas das revoluções francesa, russa e chinesa. Este modelo não garante que as variáveis detectadas não se alterem ou não sejam suplantadas por outras com a análise de novos casos. MILL, 1967.

variáveis não ocorrerem (fileira 2). Num tal caso, tanto a teoria como as hipóteses terão que ser corrigidas.

*«At what stage are we within the third wave? Early in a long wave, or at or near the end of a short one? And if the third wave comes to a halt, will it be followed by a significant third reverse wave eliminating many of democracy's gains in the 70's and the 80's? Social science cannot provide reliable answers to these questions, nor can any social scientist. It may be possible, however, to identify some of the factors that will affect the future expansion or contraction of democracy in the world and to pose the questions that seem most relevant for the future of democratization.»*¹².

*One way to begin is to inquire whether the causes that gave rise to the third wave are likely to continue operating, to gain in strength, to weaken, or to be supplemented or replaced by new forces promoting democratization»*¹².

O terceiro tipo de explicação assenta na noção de **sequência**, e é não apenas o mais utilizado pelos especialistas da democratização, como o mais influente na literatura comparativa contemporânea¹³. Nos termos deste modelo, uma democratização só se produz se resultar de uma progressão do sistema político-social ao longo de uma ordem formada por quatro estádios em que cada um é um pré-requisito do seguinte. Uma tal ordem configura, portanto, uma sequência, que pode ser do tipo¹⁴:

- 1) Desenvolvimento das pré-condições da democratização;
- 2) Saída do autoritarismo;
- 3) Transição para a democracia;
- 4) Consolidação democrática.

Graficamente, temos:

 Não Democracia A → Pré-condições → Exit → Transição → Consolidação → Democracia A

Fig. 3

Para continuarmos a usar uma analogia, podemos dizer que, neste caso, a nossa imagem preferida é a de um corredor ou um túnel. A partir de um determinado momento, os regimes que irão democratizar-se devem percorrer com velocidades variáveis um corredor com sensores de patamares. Aqueles que saírem satisfazendo todos os critérios estipulados para cada um dos

¹² HUNTINGTON, 1991.

¹³ Os seus defensores são geralmente autores que pertencem ao funcionalismo sistémico. LINZ; STEPAN, 1996; SØRENSEN, 1998; DIAMOND, 1999. Os pressupostos metateóricos são portanto ou do tipo sistémico, ou do tipo propensão, ou uma conjugação dos dois. Sobre as complicações meteóricas implícitas nas escolhas dos vários modelos, TILLY, 2001: 23-24 ss.

¹⁴ A sequência utilizada é a de LINZ; STEPAN, 1996.

patamares, são democráticos. De um modo geral, o primeiro estágio é encarado como um período de longa maturação, enquanto que as três fases seguintes costumam ser teorizadas como resultando das decisões e das interações dos principais actores políticos das sociedades.

Um dos principais corolários do modelo é o de que qualquer falha ao longo da sequência só pode resultar ou da “imaturidade” de uma ou de mais das condições anteriores na sequência, ou das decisões ou das interações não democráticas dos principais actores políticos, que a qualquer momento podem boicotar todo o percurso. Mas um *breakdown* na fase da consolidação só é possível, como nos dizem dois autores importantes deste modelo¹⁵, se o regime se vir confrontado com problemas que não é capaz de resolver. Nesse caso, «*a nondemocratic alternative gains significant supporters, and former democratic regime loyalists begin to behave in a constitutionally disloyal or semiloyal manner*». Como diz Tilly, «*Consolidation, then, installs a ratchet that only exceptional force can reverse*»¹⁶.

*«Behaviorally, democracy becomes the only game in town when no significant political groups seriously attempt to overthrow the democratic regime or secede from the state. When this situation obtains, the behavior of the newly elected government that has emerged from the democratic transition is no longer dominated by the problem of how to avoid democratic breakdown. Attitudinally, democracy becomes the only game in town when, even in the face of severe political and economic crisis, the overwhelming majority of the people believe that any further political change must emerge from within the parameters of democratic formulas. Constitutionally, democracy becomes the only game in town when all the actors in the polity become habituated to the fact that political conflict will be resolved according to the established norms and that violations of these norms are likely to be both ineffective and costly. In short, with consolidation, democracy becomes routinized and deeply internalized in social, institutional and even psychological life, as well as in calculations for achieving success»*¹⁷.

Por fim, podemos encarar a estratégia dos *clusters*¹⁸ como sendo mais uma síntese das correntes anteriores do que como um modelo explicativo *sui generis* e autónomo¹⁹. No entender dos seus defensores, tanto as condições, como as causas, como as sequências dos processos de democratização, poderão variar tanto entre períodos, regimes e regiões, que qualquer generalização para além de um certo *cluster*, ou grupo homogéneo de casos, é arriscada. A inclusão comparativa de um espécime de democratização que se situe fora, por exemplo, do *cluster* da «Terceira Vaga» de Huntington, ou dos casos analisados por Barrington Moore Jr. ou por Rueschemeyer *et al.*, será sempre, além de extra-teórica, não heurística. A solução consiste em partir de um modelo global de transições sucedendo-se a diferentes tipos de governos autoritários - personalistas, militares, de partido único ou uma amálgama de todos -, para em seguida analisar cada caso como sendo uma variação dependendo das peculiaridades de cada tipo.

¹⁵ LINZ; STEPAN, 1996: 6.

¹⁶ TILLY, 2004: 12.

¹⁷ LINZ; STEPAN, 1996: 5, citado por TILLY, 2004: 12. São notáveis as filiações deste modelo ao funcionalismo estrutural de Parsons e ao behaviorismo da acção colectiva de Smelser, entre outros.

¹⁸ «A group of things of the same type that grow or appear close together», in *Oxford Dictionary*.

«*Transitions from military rule usually begin with splits within the ruling military elite, as noted by much of the literature on Latin America transitions. In contrast, rival factions within single-party and personalist regimes have stronger incentives to cooperate with each other. Single-party regimes are quite resilient and tend to be brought down by exogenous events rather than internal splits. Personalist regimes are also relatively immune to internal splits except when calamitous economic conditions disrupt the material underpinnings of regime loyalty. They are especially vulnerable, however, to the death of the leader and to violent overthrow*»²⁰.

Graficamente, podemos descrever este tipo explicativo do seguinte modo:

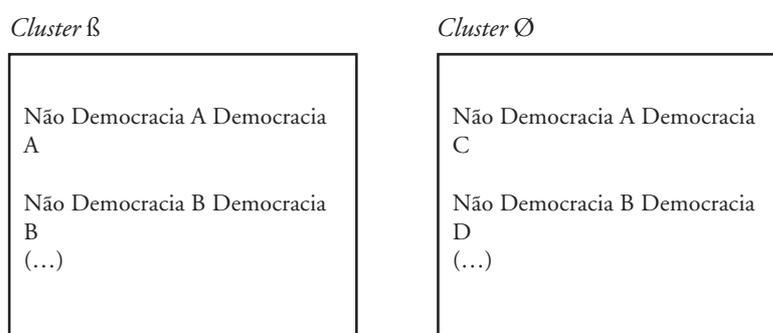


Fig. 4

No *Cluster B*, que diz respeito a um determinado período histórico, regime e região, uma determinada transição democrática de regime (A e/ou B) pode ser explicada, por exemplo, por certas condições necessárias e estádios²¹ que não vingam, nem teórica, nem metodologicamente, para o caso ou para os casos C e/ou D do *Cluster O*.

2. O modelo explicativo de Tilly

Partindo de pressupostos realistas²² podemos perguntar-nos se os modelos anteriores explicam convenientemente a realidade histórica-social do passado e do presente, ou se não haverá melhores alternativas.

Durante os muitos anos em que foi acumulando dados sobre as democratizações de vários países europeus (especialmente a França e a Grã-Bretanha), Charles Tilly concluiu que nem os seus percursos obedeciam a uma certa sequência, nem se tinham tornado democráticos devido

¹⁹ GEDDES, 1999; BRATTON; WALLE, 1997; COLLIER, 1999; MARKOFF, 1996.

²⁰ GEDDES, 1999: 122, citado por TILLY, 2004: 13-14.

²¹ É o caso de GEDDES, 1999, que utiliza como suplementos a teoria dos jogos e modelos de Escolha Racional (*Rational Choice*) para reforçarem a capacidade explicativa das suas sínteses.

²² Sobre o realismo nas ciências sociais, ver por exemplo, WENDT; SHAPIRO, 1992.

a alguns atributos ou por acção das elites. O que se verificava era que ao longo das suas trajectórias de longa maturação e de natureza contingente, alguns mecanismos²³ e processos²⁴ tinham-se combinado e sequenciado de modos diferentes para produzirem vários resultados democráticos²⁵.

Esta nova visão dos percursos e dos processos de democratização nos estudos histórico-comparativos implicou, naturalmente, uma alteração quer do enfoque metateórico, quer do tipo e alcance das explicações²⁶. Em vez de procurarem «*for a single set of circumstances or a repeated series of events that everywhere produce democracy*»²⁷, ou actores «*having democratic intentions, seeking to discover how and when they get chances to realize those intentions*»²⁸, os historiadores sociais e os cientistas políticos deviam procurar «*robust, recurrent causal mechanisms that combine differently, with different aggregate outcomes, in different settings*»²⁹. «*(...) As a consequence, we should expect that prevailing circumstances for democratization vary significantly from era to era and region to region as functions of previous histories, international environments, available models of political organizations, and predominant patterns of social relations. We should also expect to discover not one but multiple paths to democracy*»³⁰.

Mas quais são esses mecanismos e processos?

Expressos na forma analítica, há basicamente três conjuntos de mecanismos, que são por sua vez decomponíveis em oito processos ou concatenações de mecanismos³¹:

Segregação das políticas públicas (*public politics*) em relação à desigualdade categórica (*categorical inequality*)

1. Igualização de categorias³²
2. Isolamento (*buffering*) das políticas de desigualdade categórica

²³ «*Recurrent small-scale events that alter relations among stipulated elements of social life in essentially the same ways whenever and wherever they occur*» (TILLY, 2004: 17). Quanto à natureza, os mecanismos podem ser cognitivos, ambientais e relacionais: TILLY, 2004, 2001.

²⁴ «*Concatenations of mechanisms that produce broadly similar short-term outcomes*»: TILLY, 2004: 17.

²⁵ Ou de «consulta protegida» (*protected consultation*): TILLY, 2004: 13-14. Mais adiante teremos a ocasião de aprofundar a definição processual da democracia.

²⁶ Embora Tilly considere que a sua estratégia aceita condições necessárias (mas não suficientes) e *clusters*, não é menos verdade de que contraria os paradigmas dedutivistas ou indutivistas dominantes: TILLY, 2001. Mais adiante teremos a ocasião de voltar a este tema.

²⁷ TILLY, 2004: 9

²⁸ TILLY, 2004: 9

²⁹ TILLY, 2004: 9. O itálico é nosso.

³⁰ É a dívida de Tilly às explicações de tipo *cluster*. TILLY, 2004: 9.

³¹ Mecanismos e processos não extrapoláveis. Os mecanismos e os processos detectados e analisados por Tilly referem-se apenas às democratizações de alguns países europeus a partir de meados do séc. XVII.

³² «*As distinguished from individual inequality, categorical inequality distinguishes such sets as female-male, black-white-Asian, and Muslim-Hindu-Sikh from each other.*» TILLY, 2004: 13. O autor refere-se ao estabelecimento de fronteiras simbólicas, ao «*nós/eles*» schmittiano, cujos efeitos práticos são a marginalização e a perseguição das minorias, ou a violação, e o bloqueio, da afirmação das suas identidades e dos seus direitos culturais. Sobre o tema do nacionalismo como afirmação político-ideológica da exclusão ou da segregação categórica, ver, nos seus próprios termos, MÁIZ, 1991, 1995, 2005, 2005a, e SMITH; MÁIZ, 2003. Sobre a eficácia das fronteiras simbólicas nos processos políticos da produção da pobreza, ver, por exemplo, NARAYAN e PETESCH, 2002; para uma articulação teórica entre exclusão e pobreza, TILLY, 2006.

Integração das redes de confiança (*trust networks*) nas políticas públicas³³

3. Dissolução das redes de confiança estanques (*insulated*)
4. Criação de redes de confiança politicamente ligadas

Alterações das políticas públicas modificando as interações entre os cidadãos e os agentes do Governo

5. Alargamento da participação política
6. Igualização da participação política
7. Aumento e melhoria do controlo colectivo
8. Inibição do poder arbitrário

Estes mecanismos e processos, a submeter a especificação e a verificação mesmo no interior de um mesmo *cluster*, são esquematizados por Tilly como segue:

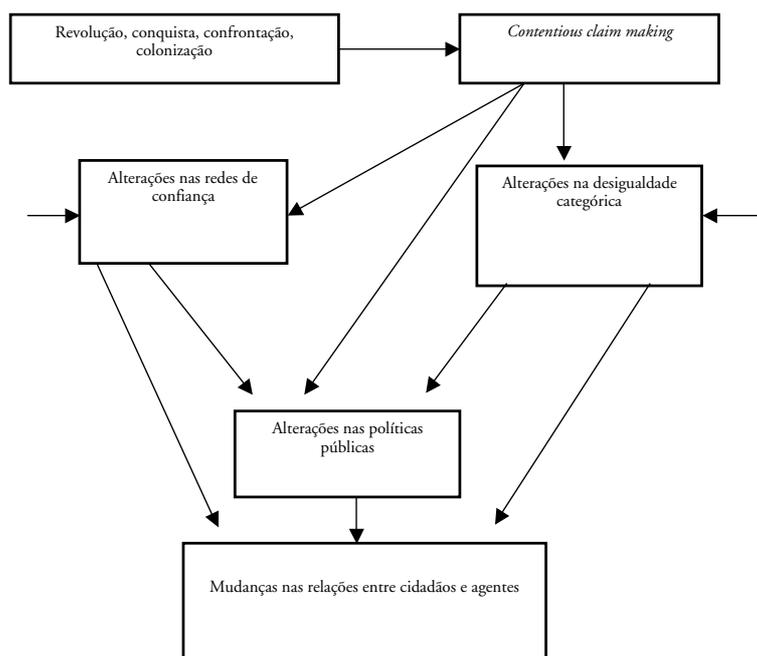


Fig. 5 - (Fonte: TILLY, 2004: 27; com tradução parcial e adaptação. As setas indicam as causas a especificar e validar. Não são igualmente contemplados *feed-backs*)

³³ A não confundir com a acepção corrente em Ciência Política, na qual significa a tomada decisões e as acções de carácter governamental (*policies*). Tilly refere-se aqui, no nosso entender, à política tornada pública, ou publicitada.

Como pode ver-se pela figura, certos mecanismos e processos de **segregação, integração e alteração**³⁴ não apenas estão correlacionados, a montante, com fenómenos de natureza contestatária,³⁵ como os transportam a jusante, ao afectarem o grau de democratização do regime. Como Tilly sublinha, “Democratization centers on shifts in citizen-agent relations, those shifts depend on more general alterations in public politics, and political contention causes those shifts.”³⁶

A monitorização do grau de democratização dos regimes de um mesmo *cluster* implica, pois, a detecção

1) dos aumentos na **extensão** (*breath*) e na **igualdade** (*equality*) das relações entre os agentes governamentais desse regime e a população governada,

2) dos aumentos dos níveis de **consulta** (*binding consultation*) do governo a essa população, no que diz respeito ao pessoal governamental, aos recursos e às políticas públicas,

3) do grau de **protecção** dessa população em relação à acção arbitrária dos agentes governamentais.

Do que foi dito, depreende-se que um regime político não é mais democrático, ou supostamente mais consolidado, por ter alcançado um certo patamar de evolução necessária, por conformar-se a leis de aplicação universal, ou por satisfazer um conjunto de requisitos ou de atributos – sejam estes de natureza substantiva, jurídico-constitucional, formal-procedimental, etc. O regime será mais democrático se registar um avanço significativo nos níveis daquilo a que Tilly chama de **consulta protegida** (*protected consultation*)³⁷. E será menos democrático, ou em modo de des-democratização, se esses níveis baixarem. Na análise histórica das trajectórias, “the explanatory problem, then, is to specify how, why, and when rare democracy-promoting alterations of categorical inequality, trust networks, and public politics coincide.”³⁸

Se continuarmos a usar uma analogia, podemos dizer que o que temos agora é uma rede de armadilhas de tipos diferentes que vão sendo dispostas aleatoriamente em diferentes coutadas e que são accionadas por espécies diferentes que reagem de modo diverso a iscos igualmente diferentes. Cada uma dessas coutadas é um dos nossos *clusters*, os diferentes tipos de armadilhas são os mecanismos, a forma como estes são combinados aleatoriamente com os vários tipos de iscos são os processos. Quando diferentes espécies activam as armadilhas de um mesmo terreno,

³⁴ Utilizamos esta terminologia para simplificar a exposição.

³⁵ Na base de praticamente todos há aquilo a que Tilly chama de *popular contention*, ou de políticas de contenda, conflito ou de contestação popular (*contentious politics*): «*Politically constituted actors making of public, collective claims on other actors, including agents of government*» (TILLY, 2004: 8). A relação entre os episódios de *contention* e os mecanismos pode ser de causa, de correlato ou de efeito (TILLY, 2004: 8). A importância teórica-empírica das circunstâncias revolucionárias, de confrontação, colonização ou conquista na sociologia histórica de Tilly é central, dado estarem presentes na maior parte dos mecanismos que causam a democracia. Traduzimos *contention* por contestação, em vez de por contenção, por nos parecer que a primeira descreve melhor a natureza dos fenómenos em estudo.

³⁶ TILLY, 2004: 15.

³⁷ Síntese de 2) e 3). Parte-se do princípio que os dois últimos marcadores não ocorrerão se os dois marcadores de inclusão referidos em 1) não registarem níveis significativos.

³⁸ TILLY, 2004: 17.

podemos dizer que algumas combinações/seqüências de armadilhas e iscos são as mais apropriadas para explicar o modo como varia o número das capturas de cada uma das espécies da coutada.

A representação gráfica é a seguinte:

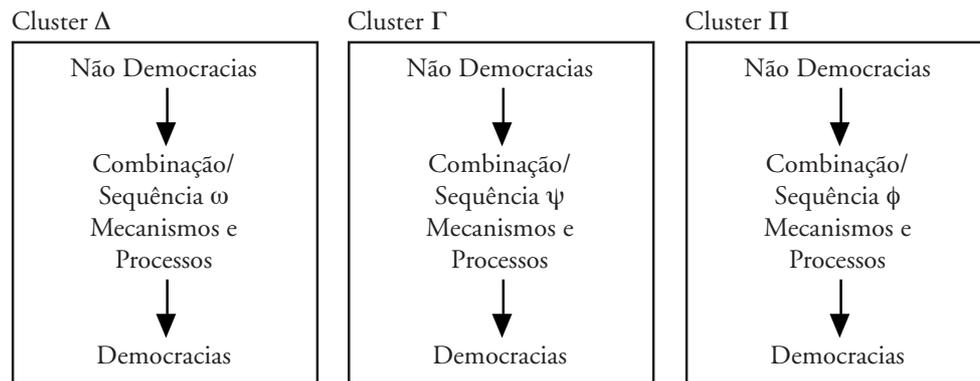


Fig. 6

Os regimes não democráticos do cluster Δ democratizam-se sob a acção de combinações contingentes de mecanismos e processos que não vingam, por exemplo, em regimes não democráticos pretensamente semelhantes fazendo parte dos “clusters” Γ e Π . No caso das democratizações francesa e inglesa, as vagas dos episódios de contestação que se sucederam em ambos os países a partir de meados do séc. XVII explicam trajetórias e resultados semelhantes de um mesmo “cluster”, embora tenham combinado em seqüências e modos diferentes conjuntamente com outros factores (as setas laterais da Fig. 5).

3. A democracia como um lago e a teoria democrática shapiriana da não dominação

Se tivermos em conta o projecto shapiriano de fundar a teoria democrática na gestão do poder social através da ampliação dos processos imanentes e competitivos da oposição democrática³⁹, dificilmente não seremos seduzidos por uma sociologia que, como a de Tilly, privilegia os fenómenos de contestação e de *claim making* como causas, efeitos e correlatos da democratização⁴⁰. E ainda menos estranha nos parecerá essa aproximação, se, como o autor nos quer fazer crer, as democracias não forem mais do que lagos contingentes, frágeis e transitórios, cujos instantes de maior perfeição resultaram porventura das lutas que os dominados e excluídos nunca deixaram de travar.

³⁹ SHAPIRO, 1999.

⁴⁰ TILLY, 2004.

Com efeito, não parece ser muito discutível o argumento de que desde os seus primórdios nos tempos modernos as democracias poliárquicas sempre tiveram a ver tanto com os direitos de oposição como com os de inclusão⁴¹. Estes foram, e continuam a ser, os seus dois grandes pilares fundadores. Mas não deixa também de ser um facto que desde esses primórdios se foi assistindo a uma crescente subalternização do pendor oposicional e contestatário das democracias, a favor da absolutização dos poderes e direitos delegados, ou de alguns cantos de sirene de tipo deliberativista ou participativista.

O nosso argumento a favor da suplementação da teoria shapiriana da democracia pela compreensão histórico-processual tilliana das trajectórias de democratização e de des-democratização será desenvolvido em três partes. Na primeira, começaremos por fazer um breve esboço da teoria shapiriana, mostrando como a sua fundação arquimédica nas relações de poder privilegia uma concepção pragmático-realista e não essencialista da democracia. Num segundo momento, tentaremos mostrar como essa concepção implica uma compreensão histórico-processual das trajectórias democráticas e é inconciliável com as alternativas. A terceira parte do argumento, que exporemos na conclusão, será dedicada a sublinhar, de forma resumida, os efeitos da suplementação operada.

Ao contrário das alternativas, a teoria democrática shapiriana opõe-se *ab initio* a qualquer concepção maximalista ou substantiva da democracia⁴². Em vez de considerar esta como um fim em si mesmo, ou como um bem superior, subalterniza as elucubrações *post-rousseauianas* de tipo contratualista ou utilitarista a favor de uma concepção centrada no poder.

O argumento é simples. Dado que o poder não tem um domínio particular de acção, podendo estar presente em todas as actividades humanas, e que o seu uso ilegítimo, sob a forma da dominação, é igualmente inseparável destas, uma compreensão heurísticamente superior da democracia terá necessariamente que ultrapassar a mera analítica dos regimes para encará-la como um bem subordinado destinado a gerir as relações de poder e a sustentar a dominação. O leque das opções normativas reposiciona-se assim do binómio democracia/não democracia, para o de menos democracia/mais democracia, ao mesmo tempo que, do ponto de vista analítico, passa de uma concepção estática e essencialista da democracia para uma outra dinâmica e aberta, assente nos processos de democratização.

Inseparável da atenção teórico-normativa com o poder está, obviamente, a questão empírica de saber como domá-lo, ou de como o colocar ao serviço dos fins superiores inseparáveis das actividades humanas. Shapiro parte da teoria competitiva da democracia de Schumpeter e da sua reformulação moderna do princípio fundacional de oposição, para subscrever a centralidade desta como um meio poderoso de fragmentação do poder social. Sujeitando-a, porém, a uma qualificação. A de que satisfação do princípio de mais democracia e das exigências derivadas da concepção lata do poder não se limitem ao domínio da competição regular e periódica entre empresários políticos⁴³, para abranger todas as esferas e domínios de actividade.

⁴¹ SHAPIRO, 1999: 30.

⁴² Na nossa argumentação basear-nos-emos fundamentalmente na síntese da teoria democrática shapiriana exposta pelo autor em *The State of Democratic Theory* (SHAPIRO, 2003).

⁴³ SCHUMPETER, 1942.

Este resumo da teoria shapiriana parece ser, a nosso ver, suficiente, para avançar um argumento plausível a favor de uma alteração paradigmática na concepção analítico-normativa da democracia, cujas repercussões são importantes para os objectivos que perseguimos. Se a democracia é a melhor alternativa para gerir as relações de poder, e se o seu fortalecimento assenta na revitalização e na extensão do *ethos* fundacional de oposição, parece-nos que, logo à partida, uma compreensão histórico-processual das democracias como fenómenos contingentes e precários, resultando de lentos e laboriosos episódios de contestação, não deixará de ir ao encontro da teoria democrática shapiriana.

Sobre este ponto, o nosso argumento fundamenta-se nas equivalências metateóricas e teóricas entre os dois autores. Metateóricas, já que ambos acreditam numa realidade intransitiva governada por causalidades contextuais de natureza interna e externa⁴⁴. Do ponto de vista teórico, dado partirem do princípio de que no estudo científico das democracias há determinadas causalidades cuja predominância não é apenas axiológica. Esta pode ser não só empiricamente observada e verificada, como analiticamente formulada a partir dos fenómenos e dos resultados da oposição e da contestação.

Tendo em conta o que dissemos, não nos parece ilícito antecipar que os longos processos macro-históricos analisados e descritos por Tilly encontrem na perspectiva realista e pragmática de Shapiro um corolário de curto e médio-prazo. Defendemos até uma integração das duas perspectivas, funcionando como diferentes ampliações de uma mesma espécie de fenómenos que, embora decorrendo em largos espectros de contingência, não excluem certas regularidades⁴⁵.

Simultaneamente, não será difícil de ver como a teoria shapiriana da democracia como não dominação a afasta claramente de qualquer concepção alternativa dos fenómenos da democratização. Por um lado, tanto o seu realismo semi-contextual como o seu anti-essencialismo rejeitam, logo à partida, quaisquer explicações de tipo sequência, do mesmo modo que duvidamos que caucionem argumentos baseados em atributos de tipo huntingtoniano⁴⁶ ou em condições de aplicação universal⁴⁷. Não há só vários caminhos conduzindo à democracia, como cada um deles é único, em larga medida contingente, e incompleto. Por outro lado, embora as democracias reflectam práticas e percepções comuns, não se reduzem a estados de espírito, a leis ou a uma cultura comum. Assentam em interações sociais activas, dotadas de sentido, entre indivíduos e grupos que partilham conexões com governos específicos⁴⁸.

A favor de Tilly, é de deduzir que uma compreensão shapiriana das democracias admita certas condições necessárias, mas não suficientes, como argumentos explicativos credíveis para alguns *clusters* de casos. A imperfectibilidade das democracias actuais, associada à não politização

⁴⁴ A articulação da correspondência entre os pressupostos realistas de Shapiro e o formalismo interpretativista ou relacional tilliano não será aqui desenvolvida.

⁴⁵ BASHKAR, 1978, chama-lhe «determinismo de regularidades». Deixaremos para outra altura o trabalho de ensaiar empiricamente essa articulação, testando-a num caso nacional. Para uma exposição breve do realismo, ROSAS; MÁIZ, 2005.

⁴⁶ A indução de atributos deve ter em conta, como vimos, o grau de *consulta protegida* em vez de variáveis unicamente descritivas.

⁴⁷ Embora Shapiro não explicita uma posição, baseamo-nos em SHAPIRO, 2003: 78-103.

⁴⁸ TILLY, 2004: 14.

ou à des-politização empíricas de largos domínios de relações de poder⁴⁹, retrata, de forma ampliada, o estado actual de muitas trajectórias que dentro dos parâmetros de alguns *clusters* foram sendo activadas por causalidades do tipo tilliano. Da *longue durée* dos processos históricos de *claim making*, assim como do modo como estes se foram co-relacionando com as alterações nas relações entre governantes e governados, será pois possível deduzir, em princípio, algumas conclusões servindo de prolegómeno a uma análise transversal mas dinâmica desses processos, desta vez ao nível dos seus resíduos no interior das poliarquias⁵⁰.

4. Conclusão

É no seio de uma sociologia histórica e de uma história comparativa processuais que é possível dinamizar uma teoria democrática que subestima os bens substantivos do pós-iluminismo para se concentrar nas relações de poder e na minimização da dominação. Com efeito, melhorar o aspecto e as fundações do lago precário e transitório em que vivemos, controlar as suas marés, calafetar-lhe as fracturas do leito, evitar os remoinhos e correntes, também é, para Shapiro, uma tarefa teórico-empírica muito mais importante e urgente do que estipular fins inalcançáveis, legitimizar decisões a partir de preferências supostamente consensuais, ou delimitar o jogo democrático às regras da alternância no poder entre organizações hierárquicas e empresários políticos.

O *cluster* capitalista/democrático das maiores sociedades ocidentais está, para Tilly, inquestionavelmente associado à natureza contingente dos episódios de contestação e de *claim making* que emergiram a partir de meados do século XVII nessas sociedades. Embora os seus resultados e trajectórias tenham sido nalguns caso diferentes, e tenham dependido, em larga medida, dos níveis de coerção, de capital e de lealdade alavancados, em várias fases, por esses Estados⁵¹, parece ser razoável acreditar que essas vagas de sublevação face aos privilégios e às mais variadas formas de dominação afectaram duravelmente esses regimes. Ao provocarem o redimensionamento da extensão e da igualdade dos direitos de participação das populações, originaram alterações importantes nas suas políticas públicas e no tipo das relações entre governantes e governados⁵².

Nem tudo é pois contextual e relativo nos horizontes de Tilly e de Shapiro. Do mesmo modo que a dominação material e simbólica⁵³, ou a interferência ilegítima do Estado, dos *media* ou dos indivíduos e grupos, são dados reais, observáveis e previsíveis, sujeitos portanto a uma intervenção científica orientada para a resolução de problemas concretos, também nas trajectórias

⁴⁹ SHAPIRO, 1999, 2003; WARREN, 1999.

⁵⁰ DAHL, 2000.

⁵¹ TILLY, 2004: 42-69.

⁵² O que não significa que a correlação entre oposição e democracia não deva ser sempre escrutinada. As oposições aos regimes nem sempre produziram resultados democráticos ou partiram das classes subalternas. «*Still, the histories of France, Britain and other countries since 1650 negate any conception of open struggle as irrelevant, antithetical, or fatal to democratization. On the contrary, these histories show that all of Europe's historical paths to democracy passed through vigorous political contention*» (TILLY, 2004: 34-35).

⁵³ Sobre a interferência ilegítima de natureza cultural e as práticas culturais democráticas, ver ROSAS; MÁIZ, 2005. Para uma dedução e aplicação introdutórias da teoria shapiriana à esfera pública e aos *media*, ROSAS, 2006. Sobre a nova concepção da deliberação, ROSAS, 2007.

das sociedades inglesas, francesas ou ibéricas estudadas por Tilly, é possível descortinar horizontes delimitados de regularidades fenomenais, ou induzir catálogos de eventos, que não se ficam pelo mero descritivismo, para fundamentarem a formulação de hipóteses e o refinar da teoria.

Caberá agora à teoria democrática estudar cada um desses casos, para diagnosticar o seu estado actual e sugerir o que pode ser feito para aperfeiçoar as heranças implausíveis que recebemos.

Referências

- BHASKAR, Roy, 1978 – *A Realist Theory of Science*, Brighton, Harvester Press.
- BRATTON, Michael; WALLE, Nicholas van de, 1997 – *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- COLLIER, Ruth Berins, 1999 – *Paths Toward Democracy: The Working Class and Elites in Western Europe and South America*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DAHL, Robert, 2000 - *On Democracy*, New Haven, Yale University Press.
- DIAMOND, Larry, 1999 – *Developing Democracy: Toward Consolidation*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- GEDDES, Barbara, 1999 – «What Do We Know about Democratization after Twenty Years?», *Annual Review of Political Science*, 2, pp. 115-144.
- HUNTINGTON, Samuel P., 1991 – «Democracy's Third Wave», *Journal of Democracy*, Vol. 2, n° 2, pp. 12-34.
- HUNTINGTON, Samuel P., 1991 – *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney, 1994 – *Designing Social Inquiry. Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton, Princeton University Press.
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred, 1996 – *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- MÁIZ, Ramón; BERAMENDI, Justo G., 1991 – *Los nacionalismos en la España de la II República* (comp.), Madrid, Siglo XXI.
- MÁIZ, Ramón; BERAMENDI, Justo G., 1991 – *Nationalism in Europe. Past and Present*, 2 vols. Santiago (comp.).
- MÁIZ, Ramón; REQUEJO, F., 2005 (eds.) - *Democracy, Nationalism, and Multiculturalism*, London, Frank Cass.
- MÁIZ, Ramón; TOURNON, Jean (eds.), 2005a - *Ethnicité et Politique*, Paris, L'Harmattan.
- MARKOFF, John, 1996 – *Waves of Democracy: Social Movements and Political Change*, Thousands Oaks, Pine Grove Press.

- MILL, John Stuart (1843), 1967 – *A System of Logic: Ratiocinative and Inductive*, Toronto, University of Toronto Press.
- NARAYAN, Deepa; PETESCH, Petti (eds.), 2002 – *Voices of the Poor. From Many Lands*, Oxford, Oxford University Press.
- RAGIN, Charles, 2000 – *Fuzzy-Set Social Science*, Chicago, University of Chicago Press.
- ROSAS, António; MÁIZ, Ramón, 2005 – *Democracia e Cultura: Da Cultura Política às Práticas Culturais Democráticas*, Santiago de Compostela, Manuscrito para publicação.
- ROSAS, António, 2006 – *Democracia como Não-Dominação e Espaço Público*, Porto, Universidade do Porto, CETAC, Prisma, nº 2, 15 p.
- ROSAS, António, 2007 – A Perturbação Deliberativa: de Habermas ao empirismo e ao realismo, UBI, estudos em comunicação - Communication Studies, nº 1, pp. 250-269.
- RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, Evelyne; STEPHENS, Huber, 1992 – *Capitalist Development and Democracy*, Chicago, Chicago University Press.
- SCHMITT, Carl, 1996 – *The Concept of the Political*, Chicago, Chicago University Press.
- SCHUMPETER, Joseph Alois, 1942 – *Capitalism, Socialism, and Democracy*, Nova Iorque, Harper.
- SHAPIRO, Ian, 1999 – *Democratic Justice*, New Haven, Yale University Press.
- SHAPIRO, Ian, 2003 – *The State of Democratic Theory*, Princeton, Princeton University Press.
- SKOCPOL, Theda, 1979 – *States and Social Revolutions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SMITH, Anthony; MÁIZ, Ramón, 2003 – *Nacionalismos y Movilización Política*, Buenos Aires, Prometeo.
- SØRENSEN, Georg, 1998 – *Democracy and Democratization: Processes and Prospects in a Changing World*, Boulder, Westview.
- TILLY, Charles, 2001 – «Mechanisms in Political Processes», *Annual Review of Political Science*, Vol. 4, pp. 21-41.
- TILLY, Charles, 2004 – *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TILLY, Charles, 2006 – *Poverty and the Politics of Exclusion*, Nova Iorque, Columbia University, Working Paper, Estudo fazendo parte dos trabalhos do grupo para a redução da pobreza “Moving Out of Poverty”, Banco Mundial.
- WARREN, Mark E., 1999 – «What is Political?», *Journal of Theoretical Politics*, Vol. 11, 207-231.
- WENDT, Alexander; SHAPIRO, Ian, 1992 – «The Difference that Realism Makes: Social Science and the Politics of Consent», *Politics and Society*, 20(2), pp. 197-223.